



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2021

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos/PR, no uso de suas atribuições, em especial o contido na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883 de 08 de junho de 1994, artigos n.ºs 34, § 1º, 35, 36 §§ 1º e 2º e 37, convoca os interessados em participar de Licitações Públicas na modalidade de Tomada de Preços, para que efetuem ou atualizem o Registro Cadastral junto a esta municipalidade.

I - OBJETO: Convoca os interessados em participar de LICITAÇÕES PÚBLICAS OU CONTRATAÇÕES promovidas por este órgão, na modalidade de Tomada de Preços a efetuarem inclusão e/ou atualização no Cadastro de Fornecedores deste Município.

II - O cadastramento será realizado de segunda a sexta-feira em horário de expediente, junto ao Departamento de Licitações.

III - O edital encontra-se à disposição no Departamento de Licitações desta Prefeitura, localizada na Avenida Rio Grande do Sul, 130 – centro, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná e no endereço eletrônico www.doisvizinhos.pr.gov.br/licitacoes

Dois Vizinhos, 19 de janeiro de 2021.

Luis Carlos Turatto

Prefeito



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL N.º 001/2021

CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA INCLUSÃO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DE FORNECEDORES

Dispõe sobre o chamamento de interessados para inclusão e/ou atualização do Registro Cadastral de Fornecedores para fins de participação em Licitações Públicas ou contratações do Município de Dois Vizinhos na modalidade de Tomada de Preços.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições dos artigos n.ºs 34, § 1º, 35, 36 §§ 1º e 2º e 37 da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei n.º 8.883 de 08 de junho de 1994:

RESOLVE:

1. DO OBJETO

Pelo presente edital de chamamento, ficam convocados os interessados em participar de LICITAÇÕES PÚBLICAS OU CONTRATAÇÕES na modalidade de Tomada de Preços, promovidas por este órgão, à inclusão e/ou atualização do Cadastro de Fornecedores.

2. DA INSCRIÇÃO

Os interessados em inscreverem-se no Cadastro de Habilitação, deverão formalizar seu pedido junto ao Departamento de Licitações, o qual deverá ser instruído da seguinte documentação, nos termos do Art. 27 da Lei n.º 8.666/93:

- 2.1. Habilitação Jurídica;
- 2.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista;
- 2.3. Qualificação Técnica;
- 2.4. Qualificação Econômico-Financeira.

2.1.1. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** (Art. 28 da Lei n.º 8.666/93), conforme o caso constituirá em:

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social com a última alteração ou consolidado, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; Registro Comercial, no caso de Firma Individual;

- b) Cédula de Identidade, CPF do representante legal ou CNH - Carteira Nacional de Habilitação;
- c) Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para fornecimento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- d) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

2.2.1. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** (Art. 29 da Lei n.º 8.666/93), conforme o caso consistirá em:

- a) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual **CICAD**, (ou conforme modelo padrão de cada estado). Caso a empresa não esteja Cadastrada no Estado este fica dispensado da apresentação do documento (caso não comercialize produtos e/ou materiais).
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal (**ALVARÁ**), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- d) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal** será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante.
- e) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, por meio da apresentação da respectiva certidão negativa de débito (ou positiva com efeito de negativa), ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;
- f) a prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** será feita por meio da certidão negativa ou positiva com efeito negativo, ou se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal.
- g) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**).
- i) Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, subscrita por quem detém poderes de representação da licitante e por seu contador (conforme modelo - Anexo I) ou a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

2.3.1. Os documentos relativos à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** (Art. 30 da Lei n.º 8.666/93), deverão atender as orientações específicas de cada edital, conforme objeto licitado. Para efeito de emissão do certificado de registro cadastral o licitante deverá apresentar a documentação conforme segue:

- a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente;
 - a.1 Registro de Pessoa Jurídica nos órgãos competentes;
 - a.2 Registro de Pessoa Física nos órgãos competentes;
- b) Atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

- c) Certidão de Acervo Técnico dos Atestados apresentados.

2.4.1. Os documentos relativos à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** (Art. 31 da Lei n.º 8.666/93) limitar-se-á:

- a) Certidão negativa de **falência ou concordata e/ou recuperação judicial e extra judicial** expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da sede da proponente, válida por 90 (noventa) dias contados da sua emissão, se outro prazo não constar na certidão.

- b) **Balanco Patrimonial** e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. (Registrado nos órgãos competentes);

Quando a empresa licitante for constituída por prazo inferior a 1 (um) ano, o balanço anual será substituído por balanço parcial (provisório ou balancetes) e demonstrações contábeis relativas ao período de seu funcionamento. (Registrado nos órgãos competentes);

O Balanço Patrimonial exigível na forma da Lei compreende o Balanço Patrimonial do último exercício social assinado por contador e representante legal da empresa, devidamente acompanhado do Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário e das Demonstrações Contábeis - DRE, (DFC, DMPL, etc), Notas Explicativas, com o devido registro na Junta Comercial, já para as empresas que optaram pelo Sistema Público de Escrituração



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Digital – SPED fica substituído a exigibilidade do registro na Junta Comercial pela apresentação do Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital.

c) **Prova de Capacidade financeira** (conforme modelo – Anexo II), apresentando as demonstrações contábeis do último exercício social. Deverão ser apresentados os índices de Liquidez Geral (LG); Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG). Tais índices serão calculados como se segue: LG = $(AC + RLP) / (PC + ELP)$

LC = (AC / PC)

SG = $(AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$;

3. DO CERTIFICADO

3.1. Aos inscritos no Cadastro de Habilitação, será fornecido o CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL, que constará, necessariamente:

- a) Razão Social;
- b) Endereço Completo;
- c) Nome do Responsável Legal;
- d) CPF;
- e) Objeto Social e Valor do Capital Social;
- f) Inscrição do CNPJ;
- g) Inscrição Estadual (CICAD), quando houver;
- h) Cadastro de Contribuinte Municipal (ALVARÁ);
- i) Todas as Negativas Fiscais e a CNDT;
- j) Declaração ou Certidão Simplificada - ME, EPP;
- k) Certidão Negativa de falência ou concordata e/ou recuperação judicial e extrajudicial;
- l) Balanço Patrimonial;
- m) Prova de Capacidade Financeira;
- n) Atestados de Capacidade Técnica e as informações neles contidos;
- o) Certidão de Acervo Técnico referente aos atestados apresentados;
- p) Data de emissão;
- q) Data de validade.

O CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL será expedido/liberado pelo Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

O prazo de validade do Cadastro será determinado, com base no vencimento dos documentos exigidos, devendo o documento vencido ser renovado junto ao Departamento de Licitações, para que o registro cadastral (CRC) volte a ter validade.

O Certificado de Registro Cadastral (CRC) só será válido se todas as Certidões estiverem com suas validades vigentes, caso não estejam, será necessário apresentar a Certidão atualizada, acompanhada do Certificado de Registro Cadastral (CRC).

Ficará sob total responsabilidade da empresa a substituição dos documentos que vierem a ter prazo de validade expirado, bem como as possíveis alterações ocorridas durante o exercício.

O Departamento de Licitações, após recebido a documentação necessária para a inscrição, terá um prazo de até 2 (dois) dias úteis, para a emissão do CRC.

Caso a empresa não apresente toda a documentação exigida para efetuar o prazo citado acima será prorrogado até que atendidas todas as exigências necessárias.

A emissão do CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL não pressupõe a participação em licitações.

Os interessados deverão acompanhar as publicações dos avisos de licitações no endereço eletrônico do município (www.doisvizinhos.pr.gov.br), no DIOEMS – Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Sudoeste do Paraná e também no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL somente será expedido às empresas que atendam a todas as exigências deste chamamento.

A documentação para efeitos de habilitação e obtenção do certificado de Registro Cadastral deverá atender às exigências constantes no artigo 27 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Informações e esclarecimentos relativos a este edital de chamamento, poderão ser solicitados, por e-mail: natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

4. DOS ANEXOS:

4.1. Fazem parte integrante deste Edital:

- a) Anexo I - Declaração de microempresa/empresa de pequeno porte;
- b) Anexo II – Capacidade Financeira;

Quaisquer informações sobre o referido edital ou documentação exigida, entrar em contato com o Departamento de Licitações, pelo telefone (46) 3536 8819.

Dois Vizinhos, 19 de janeiro de 2021.

Luis Carlos Turatto

Prefeito



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

ANEXO I

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE
 (modelo)**

À Comissão de Licitações

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná

(Nome da empresa), estabelecida na _____ (rua; nº e cidade), por seu representante legal _____ (nome do representante, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, endereço domiciliar), declara, sob as penas da lei penal e civil, que a ora declarante está classificada como (Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP), perante (Receita Federal e/ou Secretaria da Fazenda do Estado), comprometendo-se ainda a informar caso deixe de ser enquadrada na condição de (Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP), nos termos da lei.

Declaro que estou ciente de que a emissão de declaração falsa de enquadramento objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para a obtenção de tratamento diferenciado em licitações, configura fraude à licitação, tipificada no art. 90 da Lei 8.666/1993, ensejando, por consequência, aplicação da penalidade do art. 46 da Lei 8.443/1992 (declaração de inidoneidade da empresa (art. 46 da Lei 8.443/1992), como também caracteriza crime de que trata o art. 299 do código Penal.

.....,, de 2021.

Local e Data

 Assinatura do Responsável pela Empresa
 (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

*Obs: (Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa) deixar a informação referente ao enquadramento da empresa, suprimir as outras duas condições.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

ANEXO II
CAPACIDADE FINANCEIRA

À Comissão de Licitações

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente.

Esses índices foram obtidos no Balanço Patrimonial do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMOSTRAÇÕES:

Tipo de Índice	Valor em Reais	Índice
Liquidez Geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$		
Liquidez Corrente (LC) $LC = (AC / PC)$		
Solvência Geral (SG) $SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$		
AC: Ativo Circulante;		RLP: Realizável a Longo Prazo;
AP: Ativo Permanente;		ELP: Exigível a Longo Prazo.
PC: Passivo Circulante;		

Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais.

Quando o índice de Liquidez for menor que 1,00 (um vírgula zero) a proponente poderá comprovar através de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, que poderá ser verificado por meio do Balanço Patrimonial.

Patrimônio Líquido: R\$ (valor por extenso) equivale a% do valor estimado da contratação.

Local, _____ de _____ de 2021.

 Nome do responsável legal e nº CPF